



**RESENHA DO ARTIGO INTITULADO “O DIREITO DA COMUNIDADE LGBT:
O RESPEITO À PERSONALIDADE
HOMOAFETIVA NO ORDENAMENTO JURÍDICO BRASILEIRO”¹**

*REVIEW OF THE ARTICLE ENTITLED “THE RIGHT OF THE LGBT
COMMUNITY: RESPECT FOR HOMOAFECTIVE PERSONALITY IN THE
BRAZILIAN LEGAL SYSTEM”*

Jéssica Cristina Seixas Cabral²

Faculdade Processus – DF (Brasil)

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3798053109259243>

Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-9405-172X>

E-mail: jessicascabral@hotmail.com

Resenha da obra:

MACHADO, G. C; GONÇALVES, J. R.; COSTA, D. da. O Direito da comunidade LGBT: o respeito à personalidade homoafetiva no ordenamento jurídico brasileiro. **Revista Processus de Estudos de Gestão, Jurídicos e Financeiros**, ano 2020, v. 20, n. 20, jul./nov. 2021.

Resumo

Esta é uma resenha do artigo intitulado “O Direito da comunidade LGBT: o respeito à personalidade homoafetiva no ordenamento jurídico brasileiro”, que foi publicado no periódico “*Revista Processus de Estudos de Gestão, Jurídicos e Financeiros*”, v. 11, n. 41, dez. 2020, cuja autoria é Geovanna Costa Machado, Jonas Rodrigo Gonçalves e Danilo da Costa.

Palavras-chave: Personalidade. LGBT. Respeito. Direitos Humanos. Discriminação.

Abstract

This is a review of the article entitled “The right of the LGBT community: respect for homoaffective personality in the Brazilian legal system”, which was published in the journal “Revista Processus de Estudos de Gestão, Jurídicos e

¹ A revisão linguística desta resenha foi realizada por Marina Oliveira de Mattos.

² Graduanda em Direito pela Faculdade Processus.

Financeiros”, vol. 11, no. 41, Dec. 2020, authored by Geovanna Costa Machado, Jonas Rodrigo Gonçalves and Danilo da Costa.

Keywords: *Personality. LGBT. Respect. Human Rights. Discrimination.*

Resenha

Esta é uma resenha do artigo intitulado “O direito da Comunidade LGBT: o respeito à personalidade homoafetiva no ordenamento jurídico brasileiro”, que foi publicado no periódico *Revista Processus de Estudos de Gestão, Jurídicos e Financeiros*, v. 11, n. 41, dez., 2020, cuja autoria Geovanna Costa Machado, Jonas Rodrigo Gonçalves e Danilo da Costa.

Muito do que compõe a formação ou a experiência de um autor contribui para a reflexão temática dos temas sobre os quais se propõe a escrever. Conheçamos um pouco o currículo de cada um dos autores deste artigo.

Geovanna Costa Machado é graduada em Direito. O currículo resumido dessa autora pode ser encontrado em <http://lattes.cnpq.br/5946595665892520> ou <https://orcid.org/0000-0003-0721-2367>.

Jonas Rodrigo Gonçalves é graduado em Filosofia e Letras, mestre em Ciência Política (Direitos Humanos e Políticas Públicas) e doutor em Psicologia. O currículo resumido desse autor pode ser encontrado em <http://lattes.cnpq.br/6904924103696696> ou <https://orcid.org/0000-0003-4106-8071>.

Danilo da Costa é graduado em Geografia, é especialista em Direito Constitucional e Processo Constitucional e mestre em Educação. O currículo resumido desse autor pode ser encontrado em <http://lattes.cnpq.br/9522717317530051> ou em <https://orcid.org/0000-0003-1849-4945>.

Este artigo é dividido pelos seguintes capítulos: resumo, palavras-chave, *abstract*, *keywords*, introdução, “O direito da Comunidade LGBT: o respeito à personalidade homoafetiva no ordenamento jurídico brasileiro”, considerações finais e referências.

O resumo deste artigo, segundo Machado, Gonçalves e Costa, 2020, p. 1-2, aborda:

O tema deste artigo é o direito da comunidade LGBT: o respeito à personalidade homoafetiva no sistema jurídico brasileiro. Investigou-se o seguinte problema: “O direito da comunidade LGBT (lésbicas, gays, bissexuais, transsexuais, travestis e transgênero) é respeitado pelo ordenamento jurídico brasileiro?”. Cogitou-se a seguinte hipótese “O direito de personalidade LGBT é respeitado pelo ordenamento jurídico brasileiro”. O objetivo geral é “analisar se o direito de personalidade

LGBT é respeitado pelo ordenamento jurídico brasileiro”. Os objetivos específicos são: “listar os princípios constitucionais dentro da personalidade”; “discutir acerca da aplicabilidade legislativa de direitos ao público LGBT”; “investigar a discriminação e preconceito homoafetivo”. Este trabalho é importante em uma perspectiva individual devido a importância da liberdade sexual igualitária; para a ciência, é relevante por ser necessário o debate e cumprimento das normas sobre liberdade sexual e de gênero; agrega à sociedade pelo fato de precisar de maior proteção jurídica e legislativa, garantindo direitos e deveres a diversidade afetiva sem discriminação.

Trata-se de uma pesquisa qualitativa teórica com duração de seis meses (MACHADO, 2020, p. 1-2).

A temática do artigo é “O Direito da Comunidade LGBT: o respeito à personalidade homoafetiva no ordenamento jurídico brasileiro” e o problema apresentado é “O direito da comunidade LGBT é respeitado pelo ordenamento jurídico brasileiro?”. A hipótese foi baseada no seguinte questionamento: “O direito de personalidade LGBT é respeitado pelo ordenamento jurídico brasileiro?”.

Este artigo teve como objetivo geral “analisar se o direito de personalidade LGBT é respeitado pelo ordenamento jurídico brasileiro” (Machado, Gonçalves e Costa, 2020, p.2). Os objetivos específicos são: listar os princípios constitucionais que abrangem a personalidade jurídica, discutindo a aplicabilidade legislativa de direitos ao público LGBT, identificando os tipos de discriminação e preconceito homoafetivo.

A temática da pesquisa contou com a justificativa de um ponto de vista individual, em razão da importância da liberdade sexual igualitária. Esse é um debate essencial para a ciência, visto ser necessário o para o cumprimento das leis sobre liberdade sexual e de gênero e que acrescenta à sociedade, pelo fato de a comunidade LGBT precisar de maior proteção jurídica e legislativa, a fim de garantir seus direitos à diversidade afetiva, sem discriminação.

A metodologia utilizada para a construção da pesquisa utilizada no artigo aqui analisado foi o estudo teórico para confirmar a hipótese proposta levantada no trabalho em questão. A pesquisa bibliográfica busca conhecimento sobre o tema, considerando a utilização de artigos científicos, bem como de sistemas externos de conhecimento, por meio da legislação brasileira vigente.

O cenário retratado nesse artigo é de suma importância nos dias atuais. Geovanna Machado, Jonas Gonçalves e Danilo da Costa, de maneira relevante, iniciam abordando a personalidade de cada indivíduo e como esta cria seu comportamento social, possuindo seus ideais garantidos por lei. Por se tratar de um grupo fora dos padrões determinados pela sociedade, a personalidade e a dignidade humana da comunidade LGBT, reconhecidas historicamente,



necessitam de proteção. Por isso, os autores expressam a extrema importância dessa proteção, em casos de conflito entre a liberdade de expressão sexual e a discordância de pessoas que usam como desculpa a liberdade de expressão e o uso da Lei Maior.

É retratada a falta de legislações suficientes e a resistência contra esses direitos em todo o mundo. Sendo assim, com proatividade, segundo Machado, Gonçalves e Costa, são incontestáveis os direitos fundamentais e os à personalidade para a dignidade humana, já que a sexualidade tem sido analisada como algo individual do ser humano, e não como um estilo de vida.

De maneira clara, conforme os autores, uma pessoa deve ter seus desejos e emoções pessoais levados sempre em consideração, já que são um alicerce de seus direitos de liberdade, tal como o direito de personalidade, que é próprio da pessoa humana. São direitos irrenunciáveis, – igualmente o da orientação sexual, em que todos possuem a liberdade de criar relações sentimentais e sexuais, independentemente do sexo ou gênero que a outra possui –, podendo apenas ser deixado de lado o seu exercício.

A dignidade plena está associada ao respeito e à valorização da sociedade, e para que isso ocorra, é necessária uma maior proteção à orientação sexual do próximo, pois trata-se de uma parcela da população que sofre discriminação, geralmente evidenciada por meio de ofensas e de disfarçados de opiniões normalmente enraizadas ao modo de pensar. É citado, no artigo, com sabedoria, como a homofobia direta pode ser iniciada em discussões por esses motivos citados e que é essencial o sistema jurídico seja mais amplo e consistente para entender o que a escassez normativa acarreta.

Foi reconhecido, pelo STF, o crime de racismo em casos de LGBTfobia, e foi justamente o sistema normativo que atestou a falta de relevância legislativa em diversos casos LGBTs. Por isso, foi necessário o uso de fato dos princípios da igualdade e os garantidores dos direitos homoafetivos. Com isso, de forma objetiva, os autores ressaltam como a demonstração de seu desejo sentimental e sexual cria a sua personalidade. Dessa forma, a criação de novas leis explorando aplacar os preconceitos e buscar a paz devem ser uma meta para atingir a extinção das limitações e restrições.

Propositivamente, o artigo foi finalizado, demonstrando a importância de promover o respeito a todos os travestis, lésbicas, bissexuais, gays e transsexuais em relação à individualidade garantida por leis e direitos. O resultado apresentado pelos autores, claramente apresentou os resultados relacionados ao preconceito e à discriminação, e como o Estado é importante para que todos os direitos à personalidade sejam garantidos de forma livre e igualitária a todas as minorias.

Referências

GONÇALVES, J. R. Como elaborar uma resenha de um artigo acadêmico ou científico. **Revista JRG de Estudos Acadêmicos**, v. 3, n. 7, p. 95–107, 2020. DOI: 10.5281/zenodo.3969652. Disponível em: <http://revistajrg.com/index.php/jrg/article/view/41>. Acesso em: 3 ago. 2021.

GONÇALVES, J. R. Modelo de resenha de um artigo acadêmico ou científico. **Revista Processus Multidisciplinar**, v. 1, n. 2, p. 4-7, ago. 2020. Disponível em: <http://periodicos.processus.com.br/index.php/multi/article/view/225>. Acesso em: 3 ago. 2021.

MACHADO, G. C.; GONÇALVES, J. R.; COSTA, D. da. O direito da comunidade LGBT: o respeito à personalidade homoafetiva no ordenamento jurídico brasileiro. **Revista Processus de Estudos de Gestão, Jurídicos e Financeiros**, [S. l.], v. 11, n. 41, p. 379-393, dez. 2020. ISSN 2178-2008. doi: <https://doi.org/10.5281/zenodo.4458285>. Disponível em: <http://periodicos.processus.com.br/index.php/egjf/article/view/285>. Acesso em: 6 set. 2021.